

QUEM GOVERNA A VIDA DOS TRABALHADORES?

Elisa Freitas Schemes*

LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do New Deal: Estado e sindicatos no combate à Grande Depressão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Obra de conteúdo denso, porém escrita agradável, o livro de Flávio Limonic vem suprir uma lacuna na bibliografia brasileira sobre a história e a historiografia dos Estados Unidos. O livro é uma versão de sua tese de doutorado defendida em 2003 no Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulada *Os inventores do New Deal. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930*.

Flávio Limonic é Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Tem centrado seus estudos e publicações na área de História dos Estados Unidos na primeira metade do século XX, com ênfase nas relações entre o movimento sindical e o Estado e nos impactos dos processos migratórios sobre o mercado de trabalho. Possui mestrado e doutorado em História Social pela UFRJ.

O tema central de Limonic é a promoção da contratação coletiva do trabalho durante o New Deal, no governo de Franklin Roosevelt (1933-1945). Partindo desse tema, o autor desenvolve um estudo de caso na indústria automotiva; escolha pautada pela relevância deste ramo na economia norte-americana do período.

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, linha de pesquisa "Trabalho, Sociedade e Cultura" e bolsista do CNPq.
E-mail: elisaschemes@yahoo.com.br

A obra inclui a apresentação, cinco capítulos, um acervo de imagens cujas legendas apresentam brevemente os programas do governo Roosevelt no âmbito das artes e um apêndice bibliográfico que mostra como os temas sobre o Movimento Progressista, o New Deal e a Grande Depressão vêm sendo tratados pela historiografia norte-americana, bem como uma listagem de fontes e arquivos pertinentes à pesquisa. Entre as fontes consultadas, encontram-se periódicos da imprensa, publicações, relatórios e documentos dos Poderes Executivo e Legislativo dos Estados Unidos, documentos do movimento sindical e de entidades patronais, correspondências e livros.

Afastando-se da historiografia do consenso, que concebia os Estados Unidos como um país livre da luta de classes, o trabalho de Limonic flerta com a nova história americana do trabalho, gestada na década de 1960 e inspirada, sobretudo, nos historiadores ingleses Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Raymond Williams e E. P. Thompson. Assim, a ideia de que a questão da contratação do trabalho, de forma coletiva ou individual, não foi pacífica, mas aconteceu num campo de conflito social, perpassa a escrita dos cinco capítulos.

O primeiro capítulo situa na historiografia estadunidense o tema das organizações de trabalhadores e traça o percurso dessas organizações ao longo dos séculos XIX e início do XX, na sua luta pela contratação coletiva do trabalho. Se no século XIX essa luta foi reprimida pela ação do Poder Judiciário – que entendia a contratação coletiva como conspiração contra a operação natural do mercado –, no início do século XX, em meio a crescentes conflitos sociais, segmentos do Movimento Progressista sugeriram a contratação coletiva visando à restauração da harmonia social e o Estado americano ensaiou promovê-la durante a Grande Guerra, por meio de agências federais.

O capítulo segundo apresenta a introdução da linha de montagem na indústria automobilística, o Fordismo e uma das possíveis chaves interpretativas da Grande Depressão: ela teria surgido como uma crise de regulação. A tentativa de formar um amplo mercado consumidor capaz de absorver a produção em massa havia falhado ante a instabilidade de emprego e os baixos salários dos trabalhadores fragilizados pela contratação individual do trabalho. A partir de 1929, portanto, fazia-se necessária a construção de um novo modelo de regulação do capitalismo americano.

O objeto do terceiro capítulo é a primeira fase do New Deal (1933-1935), marcada por tentativas de implantação desse novo modelo, sobretudo mediante o National Industrial Recovery Act (NIRA) de 1933: “que propunha a criação de códigos de competição nos diferentes setores industriais,” supervisionados pelo Estado, a fim de retirar das estratégias de competição os salários dos trabalhadores e a jornada de trabalho. Esta lei também previa “o direito de livre organização dos trabalhadores e contratação coletiva do trabalho” (p. 135-136). Os empresários, contudo, formaram cartéis e a falta de conciliação de diferentes

interesses em cena culminou com a declaração de inconstitucionalidade do NIRA, em 1935, pela Suprema Corte dos Estados Unidos.

O quarto capítulo aborda o que ficou conhecido como segundo New Deal (1935-1945), momento em que o governo deixou de tomar medidas que envolvessem a cooperação das grandes corporações e se voltou para ações de caráter regulatório sobre os mercados, como o mercado de trabalho. Nesse sentido, o Social Security Act (SSA) e o National Labor Relations Act (NLRA), ambos de 1935, foram as principais peças legislativas que buscavam regular o mercado de trabalho. Com o NLRA, ou Lei Wagner como também ficou conhecida, foi instituída a National Labor Relations Board (NLRB), agência administrativa federal que passava a ser o *locus* no qual o conflito entre sindicatos e corporações se expressava e era administrado. Com a lei e a agência, os sindicatos americanos perderam a competência de se organizar conforme suas próprias estratégias, passando a estar sujeitos a trâmites provenientes do Estado, como eleições sindicais, procedimento novo para o sindicalismo americano. Dessa forma, os sindicatos deixaram de ser um acordo entre duas partes privadas e se tornaram uma questão de política pública, assumindo o papel regulatório sonhado pela Era Progressista. A aplicação da Lei e a ação da agência federal não ocorreram, contudo, isentas de conflitos e cisões sindicais.

Por fim, partindo da afirmação de Roosevelt: “duas pessoas inventaram o New Deal: o presidente do Brasil e o presidente dos Estados Unidos”, o capítulo quinto sugere uma agenda de trabalhos comparativos entre Brasil e Estados Unidos, sobretudo para os anos 1930, em que foram gestadas novas ideias no campo da economia, na organização dos trabalhadores e no papel do Estado.

Ao analisar a forte intervenção do Estado sobre as tentativas de associação dos trabalhadores – seja para desarticulá-la, estimulá-la ou impor limites à sua atuação – Limoncic intenta questionar a ideia tradicional de que nos Estados Unidos, o Estado apenas reagiria aos estímulos de atores privados. Em seu estudo, o autor reforça que o Estado americano teve papel preponderante na constituição do movimento sindical americano.

O livro de Flávio Limoncic não poderia ser mais atual: durante os debates da crise de 2008, foram muitas as referências à Crise de 1929 e o New Deal de Roosevelt, trazendo à tona questionamentos sobre o papel do Estado na regulação das economias e possíveis “lições” do New Deal para a crise atual.

Desenvolvida com seriedade acadêmica, num exercício historiográfico profundo, esta obra dirige-se, inicialmente, a estudiosos já familiarizados com o tema. O que não impede de ser apreciada por um público amplo interessado na História dos Estados Unidos, nos temas do Mundo do Trabalho, em Economia e com vistas à História Comparada.

Resenha recebida em março de 2011. Aceita em agosto de 2011.